

O que falta demonstrar

O GOVERNO pretende concatenar sua ação na área econômica de forma a encurtar o prazo para que o país saia da inércia e retome o caminho do crescimento.

O MINISTRO do Planejamento, Paulo Haddad, faz previsões ambiciosas: espera que o ajuste fiscal, o endurecimento nas relações da União com estados e municípios e o rigor no combate à sonegação venham a proporcionar ao Governo no ano que vem uma receita adicional da ordem de 4% do Produto Interno Bruto (PIB). Esses recursos seriam suficientes para cobrir os encargos da dívida pública e ainda garantir dotações orçamentárias para setores de interesse social, como transportes e habitação, revitalizando a construção civil, que é grande geradora de mão-de-obra.

TUDO dando certo, os fatores que hoje alimentam a inflação estariam neutralizados, podendo-se esperar progressiva queda nos índices de preços. Sem precisar rolar volumes cada vez maiores de títulos da dívida, o Governo deixaria de pressionar as taxas de juros. E juros mais baixos significariam redução de custos sobre a produção, novo

alento para as empresas e perspectivas de investimentos.

NOTE-SE ainda que a arrumação das finanças públicas não poderá se limitar ao Governo federal. Terá de alcançar as empresas estatais e também estados e municípios, muitos dos quais têm dívidas vencidas com o Tesouro Nacional, a Previdência Social, o FGTS e os seus credores externos.

PARALELAMENTE, é fundamental que os programas de modernização e de mudanças estruturais na economia tenham continuidade, sintonizados com o ajuste do próprio Governo. Dessa forma, ainda que com adaptações que possibilitem maior participação do capital estrangeiro e uma parte do pagamento em moedas correntes, o ritmo das privatizações precisa ser mantido, com a inclusão de novos setores (energia elétrica, transportes e mineração).

A ABERTURA do comércio exterior é outro dado essencial para uma eventual retomada do crescimento, porque funciona como fator de redução de custos no lado das importações e absorve uma produção que não encontraria demanda no merca-

do interno. A abertura está ligada umbilicalmente à política cambial, que as autoridades econômicas se comprometeram a manter.

AS reformas estruturais, por sua vez, esbarram em diversos campos, em limites de natureza constitucional. A revisão da Carta de 88, no próximo ano, cria a possibilidade de remoção de muitas barreiras que impedem a modernização da economia. Será necessário, no entanto, que o Governo tenha força política e credibilidade junto à opinião pública, para comandar no Congresso a remoção do entulho estatizante e corporativista.

COMO está evidente, não basta afirmar insatisfação com a realidade e desejo de mudança. É preciso, antes de mais nada, saber a diferença entre cortejar o aplauso popular com ações isoladas de curto prazo e conquistar a adesão da Nação com uma atitude invariavelmente realista e coerente, e com a fidelidade permanente, mesmo ao preço de impopularidade passageira, a metas essenciais e permanentes.

É O que falta ao Governo Itamar Franco demonstrar.